



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

65,

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0312037-4**

**COMARCA: Recife**

**APELANTE: Gicélia Tavares de Menezes**

**APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRABALHO. REVISÃO DO VALOR DA RENDA MENSAL INICIAL DE AUXÍLIO-ACIDENTE. PRAZO DECADENCIAL DECENAL. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. Na presente lide, pretende-se a revisão de auxílio-acidente concedido em 26.07.1995. 2. Logo, quando da propositura da presente ação revisional, em 20.12.2011, já havia ainda transcorrido o prazo decadencial decenal aplicável à espécie (eis que o prazo decadencial conta-se a partir da edição da Medida Provisória n. 1.523/97, depois convertida na Lei n. 9.528/97). 3. Caracterizada, portanto, a decadência da pretensão relativa à revisão do auxílio-acidente, referente *"às perdas existentes pelo chamado IRSM"*. 4. Apelo improvido, em ordem a manter a sentença de primeiro grau.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0312037-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Pública deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0312037-4

COMARCA: Recife

APELANTE: Gicélia Tavares de Menezes

APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação de Revisão de Benefício Previdenciário nº 0077338-19.2011.8.17.0001, que, reconhecendo a ocorrência de decadência, julgou *"extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do CPC"* (cf. fls. 38).

O segurado, inconformado com a decisão, ofereceu recurso de apelação (fls. 40/47) argumentando, em síntese, ***"que o direito a revisão do benefício previdenciário não decai para aqueles concedidos antes da vigência da lei que o instituiu, caracterizando-se como uma relação jurídica de trato sucessivo, atingidos apenas pela prescrição quinquenal"*** (cf. fls. 46).

O apelado (fls. 50/53) pugnou pela manutenção da sentença de primeiro grau.

A douta Procuradoria de Justiça (fls.54/58) opinou pelo improvimento do apelo.

É o relatório

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 13 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

66

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0312037-4**  
**COMARCA: Recife**  
**APELANTE: Gicélia Tavares de Menezes**  
**APELADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.**

**VOTO**

Invoco, de início, a propósito do tema, breve histórico feito pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura, em voto condutor prolatado no Resp 699.324/SP (julgado em 29.11.2007), *verbis*:

“(…) passa-se à análise da aplicação do art. 103 da Lei nº 8.213/91. O dispositivo legal da Lei de Planos e Benefícios da Previdência Social, cuja redação original não previa nenhum prazo decadencial, sofreu várias alterações na década passada.

A primeira delas deu-se com a Medida Provisória nº 1.523/97, convertida na Lei nº 9.528/97, que criou o prazo decadencial de dez anos para que o segurado ou beneficiário postule a revisão do ato de concessão do benefício.

O prazo decadencial foi diminuído para cinco anos pela Lei nº 9.711/98 e novamente aumentado para dez anos pela Lei nº 10.839/2004.

Estas sucessivas modificações não alteraram, contudo, o prazo prescricional, que sempre teve a duração de cinco anos. (...)”

Na presente lide, pretende-se a revisão de auxílio-acidente concedido em 26.07.1995.

Logo, quando da propositura da presente ação revisional, em 20.12.2011, já havia transcorrido o prazo decadencial decenal aplicável à espécie (eis que o prazo decadencial conta-se a partir da edição da Medida Provisória n. 1.523/97, depois convertida na Lei n. 9.528/97).

Colha-se, exatamente nesse sentido, o entendimento jurisprudencial prevalecente do Superior Tribunal de Justiça:

**AGRAVO REGIMENTAL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REVISÃO DO BENEFÍCIO - DECADÊNCIA - ART. 103 DA LEI 8.213/1991 - BENEFÍCIO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI - APLICAÇÃO - RESP 1.309.529/PR - ART. 543-C DO CPC.**

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp nº 1.309.529/PR, realizado no dia 28 de novembro de 2012, por maioria decidiu que o prazo de dez anos para a decadência do direito à revisão dos benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória nº 1.523-9/97, alterando o art. 103 da Lei 8.213/91, também se aplica aos benefícios concedidos antes da sua entrada em vigor.

2. O termo inicial para o cômputo do lapso extintivo do direito deve incidir na data da publicação da inovação legislativa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

67  
L

**3. Hipótese em que a ação foi ajuizada em 02/12/2008, mais de dez anos após a vigência do dispositivo, pelo que é de ser reconhecida a decadência.**

**4. Agravo regimental não provido.**

(AgRg no AREsp 196.452/PB, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/04/2013, DJe 17/04/2013)

**PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ART. 103 DA LEI N. 8.213/91. OBSERVÂNCIA DA DECADÊNCIA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP N. 1.523-9/97. INCIDÊNCIA SOBRE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTERIORMENTE À CRIAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL. DECISÃO CONFORME RESP 1.303.988/PE. ENTENDIMENTO RATIFICADO NO JULGAMENTO DO RESP 1.309.529/PR, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC.**

**1. No julgamento do REsp 1.303.988/PE, a Primeira Seção desta Corte decidiu, de forma unânime, que o prazo decadencial para revisão de benefícios previdenciários, criado pela Medida Provisória n.**

**1.523-9/97, que alterou a redação do art. 103 da Lei n. 8.213/91, é aplicável aos benefícios que tenham sido concedidos anteriormente à sua edição.**

**2. O termo a quo do lapso temporal decadencial dos benefícios concedidos antes da inovação legislativa é a data de publicação de referida medida provisória, qual seja, 28 de junho de 1997.**

**3. Hipótese em que a ação de revisão do benefício foi ajuizada em 11 de dezembro de 2009, ou seja, mais de dez anos após o termo inicial da decadência.**

**4. Agravo regimental não provido.**

(AgRg no AREsp 172.677/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 05/03/2013)

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA. REVISÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA LEI 9.528/97. PRAZO DECADENCIAL. ART. 103 DA LEI 8.213/91. APLICABILIDADE. TERMO A QUO. 28.06.1997. DATA DE VIGÊNCIA DA LEI QUE ESTABELECEU O PRAZO DECADENCIAL. MATÉRIA EXAMINADA À LUZ DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.**

**1. Resume-se a controvérsia em definir se, aos benefícios previdenciários concedidos antes da Lei 9.528/97, aplica-se o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/91.**

**2. A Primeira Seção, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.309.529/PR, da relatoria do Min. Herman Benjamin, submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ n.º 08/2008, decidiu que "Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)".**

**3. No caso, a ação foi proposta mais de dez anos após a edição da Lei 9.528/97, de modo que a pretensão de revisão do benefício previdenciário restou fulminada pela regra de decadência.**

**4. Provido o recurso especial do INSS, ficam invertidos os ônus sucumbenciais.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

68  
~

5. Agravo regimental não provido. Embargos de declaração prejudicados.  
(AgRg no REsp 1324768/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA,  
julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013)

Caracterizada, portanto, a decadência da pretensão relativa à revisão do auxílio-acidente, referente *"às perdas existentes pelo chamado IRSM"*.

Nesse contexto, **nego provimento** à apelação, em ordem a manter a sentença de primeiro grau, na linha do parecer ministerial.

Recife, 22 de Março de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator